

Mulher,

**CONHEÇA SEUS
DIREITOS!**



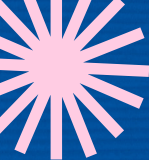
Guia prático de
leis e serviços
para mulheres
em Florianópolis



**CARLA
AYRES**★
VEREADORA



Apresentação



A luta pelas mulheres é uma prioridade do nosso mandato. Trabalhamos incansavelmente, lado a lado com movimentos e instituições, para que cada mulher conheça, exerça e amplie seus direitos.

Dessa caminhada nasceram conquistas importantes, como a lei que criou o Dossiê Mulher Florianopolitana, que reúne dados sobre a violência contra as mulheres; a que oferece condições de permanência estudantil para gestantes e mães; a licença-gestante para vereadoras; e a lei que obriga bares, restaurantes e casas noturnas a prestarem auxílio a mulheres em situação de risco.

Também apresentamos projetos para combater a pobreza menstrual, garantir igualdade salarial entre homens e mulheres, cuidar da saúde de quem está no climatério, entre outras.

Este guia nasce desse compromisso. “Mulher, conheça seus direitos!” reúne, de forma simples e acessível, as leis municipais que garantem direitos e proteção às mulheres em Florianópolis.

Nosso objetivo é que cada mulher da cidade possa se apropriar dessas informações, fortalecer sua autonomia, exigir respeito e compartilhar esse conhecimento com outras mulheres.

Porque, quando a gente conhece um direito, a gente pode exercê-lo – e é assim que construímos uma Florianópolis mais segura, justa e igualitária para todas.



Expediente



Realização

**Mandato da vereadora Carla Ayres
Câmara Municipal de Florianópolis**



Pesquisa e compilação das leis

Maria Eduarda de Souza

Mariana Salvatti Mescolotto



Redação

Fernanda Pessoa



Leitura crítica

Fernanda Martins



Projeto gráfico e diagramação

Cláudia Machado da Camara Canto



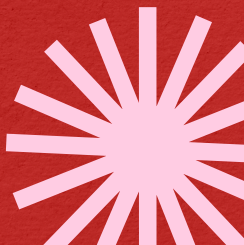
Créditos das fotos

Paulo Pinto, Peita, Laycer Tomaz,

Ubirajara Machado , Pediatria

descomplicada, Instituto Besouro,

Eder Calegari e Rovena Rosa





Sumário

5 Saúde

Proteção à mulher
vítima de violência **7**

11 Educação

Moradia **13**

15 Maternidade e
apoio às gestantes

Aleitamento
materno **19**

21 Direitos LGBTI+

Estruturas institucionais
e políticas públicas **23**

25 Planos municipais

Serviço de acolhimento,
proteção e saúde **27**



Saúde



1



ABORTO
LEGAL

Lei nº 9847/2015

POLÍTICA DE PREVENÇÃO E COMBATE AO CÂNCER DE OVÁRIO

Garante ações de prevenção, orientação e tratamento do câncer de ovário.

Lei nº 10.338/2018

PROGRAMA DE ATENÇÃO HUMANIZADA AO ABORTO LEGAL

Assegura atendimento respeitoso, seguro e acolhedor para mulheres que realizam aborto legal, com apoio psicológico e informações claras.



Proteção à mulher vítima de violência



2





Lei nº 4948/1996

CENTROS DE APOIO ÀS MULHERES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA

Oferece abrigo seguro, alimentação e apoio médico, psicológico e jurídico para mulheres em situação de violência, incluindo espaço para filhos menores de 14 anos.

Lei nº 8.980/2012

CASA ABRIGO

Oferece abrigo seguro a mulheres em risco extremo de violência doméstica e familiar, com proteção e apoio.

Lei nº 8978/2012

PRIORIDADE NA MATRÍCULA E TRANSFERÊNCIA ESCOLAR

Garante vaga prioritária na rede municipal para filhos de mulheres em situação de violência doméstica.



Lei Complementar Nº776/2025

GRATUIDADE NO TRANSPORTE COLETIVO ÀS MULHERES EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR

Concede gratuidade no transporte público por até 90 dias a mulheres em situação de violência doméstica e familiar, para garantir acesso a serviços de saúde, assistência jurídica e policial, além de apoiar sua autonomia financeira. O benefício é limitado a 50 viagens.

Lei nº 10.326/2018

DIVULGAÇÃO DO DISQUE DENÚNCIA (180)

Obriga a divulgação do número do Disque Denúncia 180 em locais públicos e estabelecimentos.

Lei nº 10.423/2018

PROGRAMA GUARDIÃO MARIA DA PENHA

Oferece proteção e acompanhamento para mulheres em risco de violência doméstica.

Decreto nº 21.796/2020

RESERVA DE VAGAS EM EMPRESAS PARA MULHERES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR

Garante vagas em empresas contratadas pela Prefeitura, incentivando a autonomia econômica.



Decreto nº 23.101/2021

BENEFÍCIO DESACOLHIMENTO

Auxílio temporário para mulheres saindo de acolhimento institucional, com acompanhamento social para inserção no mercado de trabalho.

Lei nº 10.931/2022

VEDA NOMEAÇÃO DE AGRESSORES NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Impede a nomeação de condenados pela Lei Maria da Penha a cargos públicos.





Edu 3 ca ção



Lei nº 8679/2011

ESTUDOS DE GÊNERO NAS ESCOLAS MUNICIPAIS

Ensina sobre igualdade de gênero e emancipação feminina, promovendo respeito e combate a preconceitos.



Decreto nº 24.968/2023

PROGRAMA MARIA DA PENHA VAI À ESCOLA

Ações educativas para estudantes do Ensino Fundamental sobre prevenção à violência contra a mulher.

Lei nº 11.478/2025

POLÍTICA DE PERMANÊNCIA ESTUDANTIL PARA GESTANTES E MÃES

Garante o direito de gestantes e mães estudantes a permanecer na escola, com ações de apoio em saúde, educação e assistência social. Prevê licença-maternidade escolar de até um ano, prioridade em creches, transporte, alimentação, inclusão digital e medidas para evitar evasão e desigualdades.

Mora 4 dia



Lei nº 8721/2011

TITULARIDADE DA HABITAÇÃO SOCIAL EM NOME DA MULHER

Garante que imóveis de programas de interesse social sejam registrados em nome da mulher.



Lei nº 8737/2011

RESERVA DE UNIDADES PARA MULHERES CHEFES DE FAMÍLIA

Reserva 25% das unidades habitacionais populares para mulheres chefes de família.



Mater nidade e apoio às ges tantes

5



Lei Complementar nº 580/2016 e
Decreto nº 16.725/2016

TRANSPORTE GRATUITO PARA GESTANTES

Garante transporte público gratuito para realização de exames e consultas durante a gestação.



Lei nº 10.758/2020

PREVENÇÃO DA VIOLÊNCIA OBSTÉTRICA

Assegura o tratamento respeitoso e o acesso a informação durante o parto, sem abusos físicos, psicológicos ou emocionais.

Lei nº 3333/1989

COMITÊ DE PREVENÇÃO DE MORTALIDADE MATERNA

Promove monitoramento e prevenção de mortes maternas.

Lei nº 11.309/2024

HUMANIZAÇÃO DO LUTO GESTACIONAL E DE RECÉM-NASCIDO

Garante que mães e pais tenham um atendimento respeitoso e acolhedor em hospitais, com apoio psicológico, direito ao sepultamento ou cremação e participação na escolha dos rituais de despedida.

Lei nº 4476/1994

APOIO FINANCEIRO ÀS MÃES DE TRIGÊMEOS

Auxílio financeiro para mães de trigêmeos.



Emenda à Lei Orgânica nº 49/2020

LICENÇA-MATERNIDADE PARA VEREADORAS

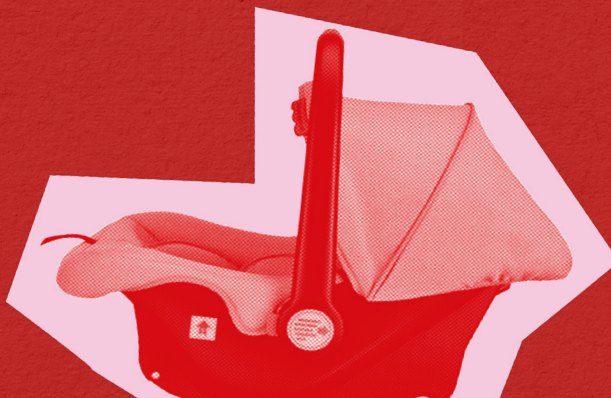
Garante afastamento remunerado na licença-maternidade para vereadoras.



Lei Complementar nº 63/2003 **(Arts. 46, 100 a 104 e 103)**

ESTATUTO DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO

Garante às servidoras municipais licença-maternidade de 120 dias, além de 30 dias em casos de aborto ou natimorto, direito à redução de jornada para lactantes até que o filho complete 6 meses ou por 2 meses após o término da licença, e possibilidade de adaptação de função para gestantes a partir do quinto mês, quando necessário. Assegura licença-adoção, com 120 dias para a mãe e 5 dias para o pai, e permite a redução da jornada de trabalho, sem perda de salário, para servidoras e servidores que sejam responsáveis por pessoa com deficiência que exija cuidado direto.





6

Aleita mento ma ter no



Lei nº 10.377/2018

**ALEITAMENTO MATERNO NO SETOR
PÚBLICO E PRIVADO**

Assegura o direito de amamentar sem
constrangimentos ou proibições.



Lei nº 10.828/2021

**PROGRAMA “QUEM DOA LEITE MATERNO
DOA VIDA”**

Incentiva a doação e recebimento de leite materno.

Lei nº 5775/2000 e Decreto nº 21.330/2020

**COMITÊ DE ESTÍMULO AO ALEITAMENTO
MATERNO**

Apoia, orienta e incentiva a amamentação.



Direitos LGBTI+



7



Lei nº 10.527/2019

POLÍTICA DE TRANSPARÊNCIA E COMBATE À VIOLÊNCIA CONTRA A POPULAÇÃO LGBTI+

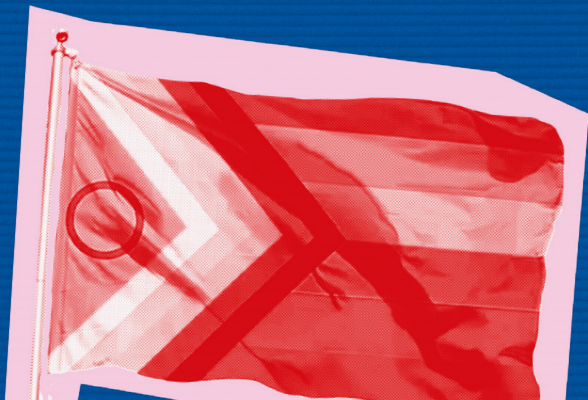
Protege contra violência e discriminação,
promovendo transparência e ações do poder público
para prevenir abusos e assegurar igualdade.



Lei nº 11.051/2023

POLÍTICA DE ATENÇÃO, APOIO E ACOLHIMENTO A PESSOAS LGBTI+ EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA OU VULNERABILIDADE

Oferece apoio psicossocial, jurídico e de saúde para
pessoas LGBTI+ em situação de risco.



Estruturas institucionais e políticas públicas

8



Lei nº 10.715/2020

DOSSIÊ MULHER FLORIANOPOLITANA

Reúne dados sobre violência contra mulheres para orientar políticas públicas.



Lei nº 7.682/2008 e Decreto nº 16.416/2016

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA MULHER (COMDIM)

Cria e regulamenta conselho para propor e fiscalizar políticas públicas para mulheres.

Lei nº 7.625/2008

COORDENADORIA DA MULHER

Coordena ações municipais, apoio e encaminhamentos para serviços e políticas de igualdade de gênero.

Resolução 2545/2022

PROCURADORIA DA MULHER DA CÂMARA MUNICIPAL

Fiscaliza e propõe políticas públicas em defesa das mulheres no Legislativo.

Planos muni cipais

9



II Plano Municipal de Políticas para as Mulheres (2021)

Estabelece diretrizes e ações para promover direitos, igualdade e proteção às mulheres em Florianópolis, orientando políticas públicas em todas as áreas que impactam suas vidas.



Decreto 20.522/2019

II PLANO MUNICIPAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS E DIREITOS HUMANOS DE LÉSBICAS, GAYS, BISSEXUAIS, TRAVESTIS E TRANSEXUAIS – LGBT

Define ações e políticas para garantir direitos, proteção e inclusão da população LGBTI+ no município, combatendo discriminação e violência.



Serviços de acolhimento, proteção e saúde

10





6ª Delegacia de Proteção à Criança, ao Adolescente, à Mulher e ao Idoso

Atende casos de violência doméstica, sexual, física e psicológica contra mulheres, crianças, adolescentes e idosos, com equipe especializada.

 Rua Delminda da Silveira, 811, Agrônômica

 Plantão 24h | 08h-12h / 14h-18h



Centro de Referência de Atendimento à Mulher em Situação de Violência (CREMV)

Atendimento social, psicológico e jurídico.

 Rua Delminda da Silveira, nº 811-
Fundos, ao lado da 6ª DP, Agrônômica

 Segunda à Sexta, 09h-17h

 (48) 4042-3945

 cremv@pmf.sc.gov.br



Casa de Passagem

Acolhimento temporário a mulheres que estão em situação de rua ou sofrendo violência. Ambiente seguro, residencial e próximo da comunidade, garantindo proteção, dignidade e cuidado. ***Para acessar, procure o CREMV.***



Secretaria Municipal de Assistência Social

Coordena políticas de proteção, apoio e inclusão social voltadas às mulheres e famílias em vulnerabilidade.

 Rua Dom Jaime Câmara, 217, Centro

 (48) 3197-4455



Policlínica da Mulher e da Criança

 Rua Esteves Júnior, 89, Centro

 Segunda à Sexta, 07h-19h

 (48) 3240-5525



Coordenadoria da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar (CEVID)

Vinculada ao TJSC, atua na promoção e integração das políticas de enfrentamento à violência doméstica e familiar, além de articular ações com órgãos da rede de proteção.



Rua Álvaro Millen da Silveira, n. 208, Torre I,
1º andar, Sala 110 (mezanino), Centro



Segunda à Sexta, 12h às 19h



(48) 3287-2636



cevid@tjsc.jus.br



Assessoria de Políticas Públicas para Mulheres e Igualdade de Gênero

Promove e articula políticas públicas municipais voltadas à igualdade de gênero, ao enfrentamento da violência e à ampliação dos direitos das mulheres.

 Rua Dom Jaime Câmara, 217, Centro

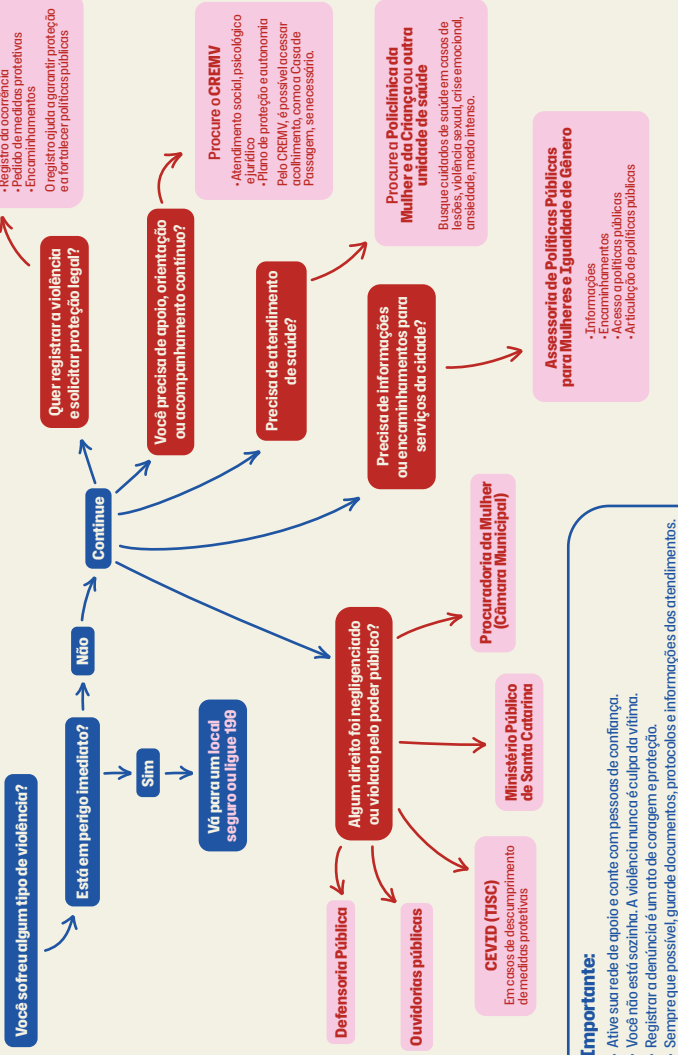
 Segunda à Sexta, 10h-12h/ 13h-19h

 (48) 3251-6372

 assessoria.mulher@pmf.sc.gov.br

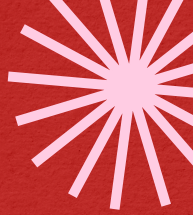


Em situação de violência? Saiba onde buscar ajuda



Importante:

- Ative sua rede de apoio e conte com pessoas de confiança.
- Você não está sozinha. A violência nunca é culpa da vítima.
- Registrar a denúncia é um ato de coragem e proteção.
- Sempre que possível, guarde documentos, protocolos e informações dos atendimentos.



**Este guia considera a legislação municipal
vigente até fevereiro de 2026**